

6. Movimentos Autárquicos Não-partidários no Alentejo: sua génese e *modus operandi*

José António Carochinho & Fernanda Neutel

Resumo

O fenómeno dos movimentos não-partidários autárquicos é relativamente novo na vida política portuguesa. Estes movimentos, ao que tudo indica, vieram para ficar e tudo aponta para que continuem a crescer, escrutínio após escrutínio. Neste momento já ocupam a quarta posição no ranking das formações políticas autárquicas. Este trabalho tem como objectivo analisar a génese e o modus operandi dos movimentos autárquicos não-partidários do Alentejo. Nele são analisados os movimentos que emergiram nos municípios de Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba e Alandroal. Conclui-se que, na generalidade, os mesmos têm uma origem semelhante e os membros que os integram são cidadãos que estão mais próximos das pessoas, dos concelhos, das freguesias. Possuem um modo de organização e funcionamento idêntico cuja divulgação assenta nas redes sociais e preparam e executam as campanhas de modo análogo.

Palavras-chave: Movimentos Autárquicos Não-Partidários, Movimentos Sociais, Cidadãos, Exercício de Cidadania.

Abstract

The phenomenon of municipal non-partisan movements is recente in Portuguese politics. Apparently these movements are not volatile and tehere are estimates that they will grow as elections take place. At the moment, they are fourth in the ranking of municipal political entities. This article analyses the emergence and modus operandi of municipal non-partisan movements that became visible in the municipalities of Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba and Alandroal, in the Alentejo. This article establishes that by large these movements have similar origins and they are integrated by those citizens who are closer to the dwellers in the municipalities and parishes. Their organization and functioning are identical, their promotion relies on social networking and their campaigns are similarly prepared and executed.

Keywords: Social Movements, Non-Partisan Movements, Citizens, Exercise of Citizenship.

Introdução

163

Longe vão os tempos em que o Alentejo apresentava uma mancha vermelha no mapa autárquico nacional. Foi particularmente nas áreas rurais do Alentejo, Ribatejo, península de Setúbal e áreas industriais periféricas à cidade de Lisboa que o Partido Comunista Português conseguiu durante muitos anos adquirir a sua hegemonia junto da dita "classe trabalhadora". No Alentejo, essa classe trabalhadora, por ser parca em recursos materiais e dotada de uma significativa taxa de analfabetismo e limitada literacia, assistiu ao reforço autárquico gradual do Partido Comunista e este foi durante muito tempo a sua voz – a sua única voz, dirão alguns! A eficiência dos eleitos pelo PCP nas autarquias fazia toda a diferença e, escrutínio após escrutínio, o PCP continuou, durante vários anos, a liderar vários municípios. No entanto, qualquer sociedade não permanece eternamente inalterável. No transcorrer do tempo, surgem inúmeras invenções e ocorrem diversas situações que levam a mudanças significativas nos hábitos e costumes, na maneira de pensar e de estar dos indivíduos enquanto actores sociais e nas próprias matrizes sociais em que se inserem. É uma evidência de que não nos podemos esgueirar: a transmutação sociológica das sociedades está em permanente evolução. Com as mudanças sociais entretanto ocorridas, em particular com a implementação da escolaridade obrigatória e a diminuição do abandono escolar; com o fenómeno da imigração e da emigração; com a democratização dos *media* e o surgimento de vários canais de TV generalista; com os incrementos tecnológicos; com a revolução na agricultura, decorrente do sistema de regadio propiciado pela barragem de Alqueva; e com o decesso do eleitorado tradicional do PCP que, por via do envelhecimento, tem vindo a desaparecer – a luta pelo poder autárquico alentejano tem, também ela, conhecido profundas mudanças. Nos dias de hoje, a realidade autárquica é bem diferente e os resultados finais de cada escrutínio de difícil antecipação: a competição verifica-se de uma forma mais notória entre o Partido Comunista Português e o Partido Socialista, com avanços e recuos para ambos os lados.

No entanto, nesta disputa, por via da alteração da Constituição ocorrida em 1977 e da lei eleitoral, têm começado a surgir grupos de cidadãos eleitores que se têm apresentado a escrutínio, sem intervenção

164 dos partidos políticos. É um movimento social emergente que tem vindo a ganhar adeptos por todo o país e que tem encontrado também no Alto Alentejo um campo propício para a sua implementação. Os municípios de Portalegre, Estremoz, Redondo, Borba e Alandroal são aqueles onde a sua actividade tem sido mais peremptória, tendo nalguns deles alcançado a liderança. As razões para este sucesso são múltiplas, sendo o descontentamento com os tradicionais partidos políticos e o seu afastamento das comunidades locais os factores apontados como preponderantes.

Desenvolvimento

O eclodir destes grupos de cidadãos mereceu a nossa maior atenção não só porque rompem com a tradicional partidocracia e com os interesses instalados, como também porque se constituem como movimentos sociais que propõem soluções alternativas para a governação de proximidade e despertam as populações acomodadas para o exercício efectivo da cidadania. Dentro desta linha de pensamento o CICPRIS/ULHT desenvolveu uma linha de investigação que se preocupou com o estudo destes movimentos e que tentou ir ao encontro das motivações que se encontram na sua génese, nos recursos humanos que os enformam e no seu *modus operandi*. O trabalho parcial que aqui se apresenta incide apenas sobre os movimentos não-partidários autárquicos do Alentejo e é decorrente do trabalho de campo de uma equipa de três investigadores que, ao debruçarem-se sobre os mesmos, procuraram encontrar similaridades ou dissemelhanças no seu funcionamento. As *premissas* de partida foram as seguintes:

- Os *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo têm uma origem semelhante e um modo de organização e funcionamento idêntico e preparam e executam as campanhas de modo análogo.
- Os *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo têm uma origem diversa e um modo de organização e funcionamento bastante diferenciado e preparam e executam as campanhas com elevada distintividade.

Participantes: Participaram neste estudo os representantes de seis *movimentos autárquicos não-partidários* do Alentejo: Movimento

Independente por Estremoz (MIETZ); Movimento Independente do Concelho do Redondo (MICRE); Movimento Unidos por Borba (MUB); Movimento Unidade e Desenvolvimento do Alandroal (MUDA); Movimento Defesa da Integridade Territorial e Desenvolvimento do Alandroal (DITA) e o Movimento Cidadãos Livres e Independentes por Portalegre (CLIP). Estes movimentos foram escolhidos por terem sido bem-sucedidos no último sufrágio autárquico e terem conseguido a presidência das Câmaras Municipais de Estremoz, Redondo, Borba e Portalegre. Foram incluídos os dois movimentos independentes do Alandroal, por os seus respectivos líderes já terem ocupado a presidência do município e serem os actores políticos dominantes naquele concelho.

Instrumentos. A técnica utilizada na recolha da informação foi a entrevista estruturada através de um guião previamente elaborado, para que as mesmas questões fossem formuladas a todos os inquiridos, para assim podermos ter um padrão de comparação entre eles. O guião foi estruturado em várias partes distintas. A título de exemplo referem-se aqui algumas delas: origem do movimento, a forma como esse movimento se organizava, o seu funcionamento, a forma como as campanhas eleitorais eram preparadas e executadas, bem como a forma como perspectivavam o futuro. No final do dia a entrevista era transcrita para texto para se evitar a perda de informação.

Procedimentos. Todos os líderes dos movimentos anteriormente referenciados foram formalmente contactados através de um ofício onde foi apresentado o convite para a participação no estudo e posteriormente estabelecidos contactos telefónicos para agendamento da entrevista. As entrevistas foram efectuadas sempre por dois investigadores e em espaços determinados pelos entrevistados. Para os líderes eleitos, esses espaços foi a respectiva Câmara Municipal. O clima de colaboração estabelecido foi bastante cordial e cooperante.

Resultados

A origem dos movimentos. Dos movimentos analisados constatámos que os fundadores do MIETZ (Estremoz) e o MICRE (Redondo) são pessoas com vínculos remotos ao PCP; no MUB (Borba), no MUDA e no DITA (Alandroal) são actores políticos dissidentes do PS e a presidente do CLIP (Portalegre), apesar de se considerar independente, integrou

166 no passado listas do PPD/PSD e assumiu, nessa qualidade, os comandos da autarquia. O líder do MIETZ (Estremoz) e o líder do MUB (Borba) também eles se consideraram independentes aquando da sua integração nas listas partidárias.

Motivações que estiveram na origem do movimento

Do questionamento efectuado sobre as motivações que estiveram na origem dos movimentos três delas aparecem-nos como claramente dominantes, com cinco movimentos a assinalarem a sua escolha: insatisfação face aos partidos políticos, desencantamento e querer fazer algo pela terra.

Influência de municípios vizinhos

Os líderes dos movimentos MIETZ (Estremoz) e CLIP (Portalegre) afirmaram não ter tido influência dos movimentos dos municípios vizinhos, por oposição aos dois movimentos de Alandroal (MUDA e DITA) que o afirmam categoricamente. Os líderes dos movimentos MICRE (Redondo) e MUB (Borba) acreditam que tenha havido alguma influência, que mais não seja no preparar a opinião pública regional para a possibilidade de uma solução alternativa para além da que os partidos políticos apresentavam.

Da nossa parte, analisando o mapa do distrito de Évora verificamos que este *boom* de movimentos autárquicos não-partidários bem-sucedidos surgiram num conjunto de municípios do Nordeste alentejano contíguos entre si, evidenciando um possível efeito de contágio.

De referenciar que os líderes destes movimentos, apesar de se terem movido no passado na esfera de partidos políticos, nunca haviam concorrido por um qualquer outro movimento não partidário.

PS PPD/PSD PPD/PSD/CDS-PP CDS-PP PCP-PEV Independentes

2013

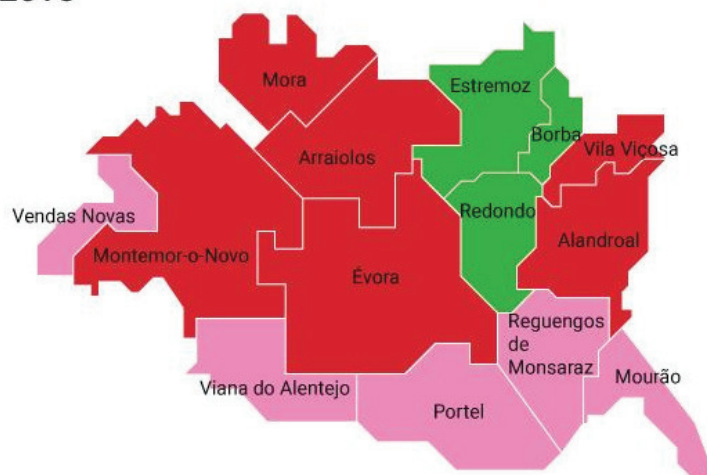


Fig. 1 – Distrito de Évora

Apoios que receberam

Quanto ao tipo de apoios recebidos, os líderes dos seis movimentos são unânimes ao afirmarem que os *apoios humanos* se consubstanciaram apenas em munícipes voluntários (e sócios). Os apoios físicos parece terem sido inexistentes - todos referiram que tiveram uma sede de campanha alugada. Nos *apoios financeiros* prevaleceram as quotas, os donativos e as contribuições de simpatizantes. Os líderes dos movimentos MIETZ (Estremoz), MICRE (Redondo) e DITA (Alandroal) referiram ainda como apoios financeiros a subvenção pública destinada ao financiamento dos partidos políticos e das campanhas eleitorais.

Organização dos movimentos

A liderança destes movimentos aparece centrada num líder específico do sexo masculino, com idade a rondar o limite inferior dos 40 anos e com profissão ou ocupação que lhe conferem uma assinalável notoriedade. O movimento CLIP de Portalegre, apesar de ter uma mulher

168 a liderá-lo, na sua génese teve também um homem. De realçar que todos os líderes destes movimentos já haviam ocupado funções de liderança autárquica (Presidência de Câmara, Vice-presidência de Câmara, Presidente de Junta) no concelho a que concorrem. Em termos de caracterização socioprofissional são oriundos das categorias sociológicas referentes aos "pequenos empresários, proprietários e comerciantes"; "especialistas das profissões intelectuais e científicas" e um da categoria dos "operários, artífices, operadores de instalações e máquinas". Todos os seis movimentos se estruturavam sob a figura de associações cívicas com órgãos próprios, sendo diversa a origem dos elementos que integravam as listas (candidatos independentes sem filiação partidária, candidatos com filiação partidária, candidatos dissidentes de partidos políticos, etc.).

Instrumentos da organização

A comunicação informal foi a forma de comunicação privilegiada no contacto com as populações. Os dois movimentos do Alandroal referiram, no entanto, que optavam por comunicação formal e informal. Nas situações em que recorriam à comunicação formal esta era feita maioritariamente sob a forma de colóquios e debates (referida por 5 movimentos) e sob a forma de comunicados/panfletos (referida por 4 movimentos). Em terceiro lugar, com 3 referências, surgem as reuniões por bairros ou freguesias e os comícios.

Todos os movimentos tinham sede alugada e este era o local privilegiado para as reuniões que se realizavam no final do dia com uma predominância de frequência diária ou 2 ou 3 vezes por semana. Todos eles privilegiavam o encontro com os eleitores, considerado esta proximidade um elemento distintivo essencial. No que respeita ao relacionamento com os partidos políticos, este foi maioritariamente referido como cordial. Apenas o movimento MIETZ o referiu como indiferente. Quanto à participação na Associação Nacional dos Movimentos Autárquicos Independentes (AMAI) as respostas repartem-se equitativamente entre a adesão (MIETZ, MICRE, CLIP) e a não adesão (MUB, MUDA e DITA).

Quanto ao manuseamento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) temos a assinalar a unanimidade relativa à sua adesão. Todos os movimentos tiveram *site* próprio, todos recorriam a um perfil nas redes sociais (Facebook) nas quais publicitavam o seu logotipo como imagem identitária e de distintividade.



Fig. 2. Logotipos dos movimentos independentes estudados

Quanto aos contactos com a imprensa, estes movimentos privilegiaram as rádios locais nas quais tinham interlocutores privilegiados (a rádio Campaniço de Vila Viçosa, no distrito de Évora, e a rádio Portalegre, no distrito homólogo). Dois movimentos referiram ter tido um porta-voz (MICRE e CLIP).

Na preparação das campanhas eleitorais

Cada movimento referiu os seus critérios para a elaboração das listas. O movimento DITA (Alandroal) indicou que os mesmos eram decididos em plenário. O movimento CLIP (Portalegre) identificou áreas específicas das competências desejáveis (área financeira, cultura, educação e desporto, engenharia civil/arquitectura). Os restantes optaram por enumerar um conjunto de características desejáveis para os seus candidatos. Dessa enumeração destaca-se "o ser competente",

- 170 “a honestidade e a credibilidade” e “o ter notoriedade local”, como sendo aqueles que maior peso tinham na sua elaboração. Nestas, todos tinham em atenção o prestígio social dos candidatos (em particular dos líderes) e a paridade de género (excepção para o MIETZ, de Estremoz). Nenhum destes movimentos recorria a sondagens - referiram frequentemente que “a melhor sondagem era a que advinha do contacto com os munícipes”.

Na execução da campanha

As modalidades de acção privilegiadas foram: entrevistas nos *médias* locais (referida pelos representantes dos 6 movimentos); sessões de esclarecimento (5 movimentos); arruadas (5 movimentos), comícios (4 movimentos) e distribuição de panfletos (4 movimentos).

Quanto aos materiais utilizados: os mais referidos foram os *outdoors* (5 movimentos), os cartazes de pequenas dimensões (4 movimentos) e a distribuição de brindes (4 movimentos). Os brindes preferidos pelos movimentos, tinham em consideração a sua utilidade quotidiana e foram identificados como: canetas (4 movimentos), isqueiros (3 movimentos), T-shirts (2 movimentos), bonés (1 movimento) e bolsa para telemóvel (1 movimento).

Nas campanhas todos os movimentos assumiram a importância das TIC's (quatro referiram uma importância média e os dois movimentos do Alandroal referiram elevada importância). Quanto ao conteúdo das mensagens veiculadas nas TICs realce para textos informativos consistentes e os elementos pictóricos (com recurso a imagens, sobretudo fotografias de acções de campanha), com a afirmação do logotipo e da cor associada ao movimento.

Futuro

Quanto ao futuro, todos os representantes dos seis movimentos referenciaram a sua intenção de se voltarem a candidatar nas eleições autárquicas de 2017, antevendo as questões sociais, ambientais e culturais como sendo as suas principais bandeiras. Referiram-se à evolução do poder local ao longo dos anos de forma bastante positiva e, na generalidade, salientaram a importância do mesmo como um poder de proximidade de importância crucial para o desenvolvimento dos municípios (em particular os do interior - tantas vezes esquecidos

e ignorados pelo poder central). Apontaram a burocracia e a lentidão da administração central como sendo os aspectos mais negativos. Referenciaram os constrangimentos de ordem legislativa e financeira como limitativos da actividade autárquica que originam a incompreensão das populações, que exigem respostas rápidas.

171

Questionados sobre as qualidades que um Presidente de Câmara deve possuir enumeraram um extenso rol, no qual sobressai a *humildade; o bom senso e sensibilidade, a disponibilidade e o gosto por servir os outros*. Quanto ao fenómeno das candidaturas autárquicas não-partidárias salientaram a ideia de que as mesmas *são promotoras de mais democracia, são um fenómeno resultante da evolução das sociedades* e, ainda, a ideia que marca a distintividade destes relativamente aos partidos políticos: *“os partidos políticos obedecem a lógicas partidárias enquanto os movimentos não-partidários obedecem aos cidadãos”*.

Conclusões

Quando falamos em movimentos não-partidários autárquicos vem-nos à ideia a figura de quem os lidera e todo o passado que a sua personagem acarreta. Naturalmente, estamos cónscios de que nas candidaturas autárquicas não-partidárias há uma considerável variedade de géneros e origens dos candidatos, que vão desde a dissidência partidária até aos candidatos e movimentos genuinamente independentes. No entanto, analisando estes seis movimentos que despontaram no Alto Alentejo, ficámos com a clara sensação de que grande parte dos mesmos nos parecem, à partida, falsos independentes, porque, pelo discurso dos seus líderes, depreendemos que, por algum motivo, entraram em ruptura com os antigos partidos políticos (e/ou viram a sua candidatura não receber a chancela avalizada das direcções dos partidos de origem) e, face a tais inconformidades, decidiram candidatar-se de forma autónoma. Obviamente que isso acontece porque é legalmente permitido. Por isso, mesmo, opinamos que a lei eleitoral deve equacionar a revogação desta situação. Em nosso entender deveria estar previsto um período de nojo de um determinado intervalo de tempo, devidamente especificado, em que vigorasse a incompatibilidade e o impedimento para se assumir candidaturas num outro partido ou movimento. Aqueles que deixam os partidos, por qualquer razão, só deveriam poder candidatar-se algum tempo depois, em listas

172 independentes, até para dar mais credibilidade aos ditos movimentos não-partidários.

Tendo em consideração a premissa de partida para este estudo, concluímos que os movimentos não-partidários autárquicos do Alentejo têm uma origem semelhante e um modo de organização e funcionamento idêntico. Além disso, preparam e executam as campanhas de modo análogo, recorrendo aos escassos meios de que dispõem, otimizando-os, e às rádios locais, que lhes facilitam a publicitação da sua mensagem. Combatem as tradicionais cores partidárias procurando criar símbolos e cores alternativas, tentando impor uma imagem identitária diferente daquela a que os partidos políticos nos habituaram.

Mesmo parecendo “falsos movimentos independentes” pelas proximidades ideológicas que os seus líderes manifestaram num passado não muito distante, acreditamos na sua bondade. Em termos de bandeiras, compromissos e obediências, estes movimentos não-partidários alentejanos esforçam-se por colocar nas agendas as questões sociais mais aflitivas dos seus municípios, comprometendo-se a incrementar melhorias e a fazer chegar a sua voz aos centros de decisão nacional, não obedecendo aos tradicionais caciques partidários que limitavam (e limitam) o exercício da sua actividade. A este propósito terminamos com um desabafo de um presidente de câmara eleito por um destes movimentos:

“em termos sociais, neste município do interior, para além da Câmara Municipal há a salientar o papel social da Igreja e da Santa Casa da Misericórdia. No passado, enquanto eleito pelo PCP, a aproximação à igreja era vista de forma não desejável e até impensável. Hoje, eleito por um movimento não partidário colaboro activamente com a Igreja, sem qualquer tipo de objecção ou de censura e, com as três entidades em conjunto criamos fortes sinergias que se mostram importantíssimas para combater a exclusão social. Só assim é possível apoiarmos os extractos mais fragilizados socialmente nos nossos municípios do interior, face aos poucos recursos de que individualmente dispomos”.